



SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 6/2020/COPOC/ASDEN/DETI/SUPERINTENDENTE/SUSEP

TERMO DE REFERÊNCIA DETIC nº 11/2019**Referência: Arts. 12 a 24 IN SGD/ME Nº 1/2019****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Fornecimento de módulos de memória RAM e discos SSD na forma, quantidades e prazos previstos neste Termo de Referência.

2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC**2.1 Bens que compõem a solução**

Id.	Descrição do Bem ou Serviço	Código CATMAT/CATSER	Quantidade	Métrica ou Unidade
1	Módulos de Memória RAM do tipo 1, conforme especificações	434678	470	NU
2	Módulos de Memória RAM do tipo 2, conforme especificações	449233	30	UN
3	Disco SSD 240GB, conforme especificações, acompanhado de Cabo interno SATA III 6 GB/s (para conexão do disco SSD à placa-mãe dos computadores)	439348	500	UN

3. JUSTIFICATIVA PARA A CONTRATAÇÃO**3.1 Contextualização e Justificativa da Contratação**

A despeito de haver previsão no PDTI/SUSEP 2017-2020 para aquisição de computadores novos em substituição aos existentes no parque, já sem cobertura de serviços de garantia e assistência técnica, a ação não foi executada em função de restrições orçamentárias vivenciadas pela Susep neste ano de 2019. Consolidando a situação, o Plano Anual de Aquisições 2020 informado pelo DETIC à área administrativa não prevê a renovação do parque de desktops, quando então 95% dos desktops estarão sem serviços de garantia e assistência técnica. Entrando no 5º ano de uso, os desktops HP, embora de boa qualidade, já começam a ser acometidos por defeitos por fadiga de componentes, principalmente, discos rígidos. Assim, em não se renovando o parque, é possível prolongar-lhe a vida útil por meio de substituição desse componente.

Em adição às observações acima, está em andamento esforço da DETIC/COCEN para atualizar os sistemas operacionais dos desktops e notebooks de Microsoft Windows 7 Pro para Microsoft Windows 10 Pro 64bits. A própria Microsoft recomenda (<https://support.microsoft.com/pt-br/help/4057281/windows-7-support-will-end-on-january-14-2020>, acessado em 05/12/19) que seu novo sistema operacional seja executado em equipamentos mais robustos do que os atuais. Dada a configuração padrão dos *endpoints* da Susep (conjunto de programas instalados e serviços em background), o desempenho dos equipamentos já apresenta gargalos decorrentes de excesso de operação em disco e paginação de memória virtual, sugerindo que a extensão da vida útil dos atuais equipamentos se dê por meio de expansão de memória RAM (atualmente de 8 GB para 16 GB) e escolha da tecnologia SSD para os discos dos equipamentos. Os discos SSD não possuem partes internas móveis ou giratórias, proporcionando maior estabilidade e melhor desempenho que os HDD (Hard Disk Drive). Esse requisito de qualidade que tem sido demandado especialmente pelos usuários da área de TIC e aqueles que trabalham com cálculos complexos, aplicações de BI, bancos de dados e outras, disco-intensivas.

Dessa forma, serão adquiridos, para cada desktop da Susep, 8GB de memória RAM e um disco SSD, nas especificações detalhadas neste Termo. A instalação dos componentes no parque, em todas as unidades da Susep, se dará com o apoio da Central de Serviços de TI, sob direção da DETIC/COSSET.

O fornecimento será parcelado em ajuste à capacidade de revitalização dos computadores do parque. O prazo previsto para todo o fornecimento é de 06 (seis) meses.

3.2 Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais

ALINHAMENTO AOS PLANOS ESTRATÉGICOS	
ID	Objetivos Estratégicos (PEI/SUSEP)
O1	Aprimorar o uso da tecnologia da informação
O2	Assegurar o suporte de bens e serviços adequado às necessidades da Susep

ALINHAMENTO AO PDTIC SUSEP 2017-2020			
ID	Ação do PDTIC	ID	Meta do PDTIC associada
A59	Planejar contratação de desktops	M25	Manter atualizado o parque computacional, bem como seu controle patrimonial

Como explicado na justificativa, a ação A59 (aquisição de novos computadores) não será executada e, alternativamente e visando ao mesmo objetivo, mas com menor impacto financeiro, o parque será atualizado por meio de expansão de memória RAM (+8GB) e substituição dos discos atuais (HDD) por SSD (Solid State Drive), bem mais rápidos e, em tese, com maior vida útil que os anteriores.

Dessa forma, aumentando a capacidade de memória RAM dos desktops e substituindo-se seus discos atuais por SSD's, espera-se estender a vida útil e aumentar o desempenho dos equipamentos objeto desta ação.

3.3 Estimativa da demanda

Conforme detalhado no Estudo de Quantitativo 0606687, a demanda de componentes é:

Componente	Qtde	Unidade
Memória Tipo 1	470	UN
Memória Tipo 2	30	UN
Discos SSD	500	UN
Cabo Sata 3	500	UN

3.4 Parcelamento da Solução de TIC

Em função do funcionamento integrado entre o disco SSD e o respectivo cabo SATA 3, a equipe de planejamento entendeu que esses dois itens devem ser fornecidos conjuntamente. A razão, de ordem técnica, afasta a hipótese de eventual mau funcionamento do disco SSD ser atribuído ao cabo ou vice-versa, gerando conflito entre fornecedores distintos. Sendo fornecidos por um só fornecedor, não haverá repúdio à responsabilidade por qualquer defeito no conjunto.

As memórias RAM do tipo 1 e tipo 2 podem ser parceladas (fornecidas por fornecedores distintos);

Portanto, haverá na licitação 3 itens, como sugerido na tabela em 2.1.

3.5 Resultados e Benefícios a Serem Alcançados

3.5.1 Disponibilidade de discos SSD para instalação no parque de desktops da Susep;

3.5.2 Disponibilidade de memória RAM adicional 8GB para instalação no parque de desktops da Susep;

3.5.3 Possibilidade de atualização do parque computacional (desktops) pela instalação, no parque, dos componentes adquiridos.

4. ESPECIFICAÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 Especificações técnicas da “Memória Tipo 1”

- 4.1.1 Quantidade a ser fornecida: 470 (quatrocentos e setenta) unidades;
- 4.1.2 Capacidade de cada módulo: 8 GB;
- 4.1.3 Tipo de memória: DDR3;
- 4.1.4 Velocidade de Clock: DDR3 1600 MHz (temporização 11-11-11);
- 4.1.5 Latência: CAS 11;
- 4.1.6 DDR3-SDRAM DIMM padrão da indústria de 240 pinos;
- 4.1.7 Tensão: DRAM DIMMs DDR3/DDR3L de 1,35 volts ou 1,5 volts;
- 4.1.8 Padrão PC3-12800;
- 4.1.9 Compatibilidade: Sem buffer; não-ECC;
- 4.1.10 Componente deve conter as informações obrigatórias JEDEC SPD para detecção pela BIOS e sistema operacional;
- 4.1.11 Temperatura de Operação: 0° C a 85° C;
- 4.1.12 Temperatura de Armazenamento: -55° C a +100° C;
- 4.1.13 Computador em que será aplicado: Desktop HP Elitedesk 880G1 SFF
- 4.1.14 Computador oferece suporte a:
 - 4.1.14.1 Tecnologias de memória de 512 Mbit, 1 Gbit e 2 Gbit não-ECC;
 - 4.1.14.2 DIMMs de um ou dois lados;
 - 4.1.14.3 DIMMs montadas com dispositivos DDR-SDRAM x8 e x16 DDR;
 - 4.1.14.4 Não serão admitidas DIMMs montadas com SDRAM x4 (ie, com apenas 4 chips).
- 4.1.15 A título de exemplificação, seguem fotos dos módulos de memória atualmente instalados nos equipamentos:



Figura 1- módulo de memória tipo 1 - frente



Figura 2 - módulo de memória tipo 1 - verso

4.2 Especificações técnicas da “Memória Tipo 2”

- 4.2.1 Quantidade a ser fornecida: 30 (trinta) unidades;
- 4.2.2 Capacidade de cada módulo: 8 GB;
- 4.2.3 Tipo de memória: DDR4-SDRAM;
- 4.2.4 Velocidade de Clock: DDR4 2133 MHz;
- 4.2.5 DDR4-SDRAM DIMM padrão da indústria de 288 pinos;
- 4.2.6 Latência: CAS 15;
- 4.2.7 Tensão: DIMMs DDR4 SDRAM 1,2 volts;
- 4.2.8 Padrão PC4-17000;
- 4.2.9 Compatibilidade: Sem buffer; não-ECC
- 4.2.10 Componente deve:
 - 4.2.10.1 Conter as informações obrigatórias JEDEC SPD para detecção pela BIOS e sistema operacional;
 - 4.2.10.2 Oferecer suporte para DDR4 15 de 2133MHz com latência CAS 15 (sincronização 15-15-15);
- 4.2.11 Computador em que será aplicado: Desktop HP Elitedesk 880G2 SFF;
- 4.2.12 Computador oferece suporte a:
 - 4.2.12.1 Tecnologias de memória de 512 Mbit, 1 Gbit e 2 Gbit não-ECC;
 - 4.2.12.2 DIMMs de um ou dois lados;
 - 4.2.12.3 DIMMs montadas com dispositivos DDR-SDRAM x8 e x16 DDR;
 - 4.2.12.4 Não serão admitidas DIMMs montadas com SDRAM x4 (ie, com apenas 4 chips).
- 4.2.13 A título de exemplificação, seguem fotos dos módulos de memória atualmente instalados nos equipamentos:

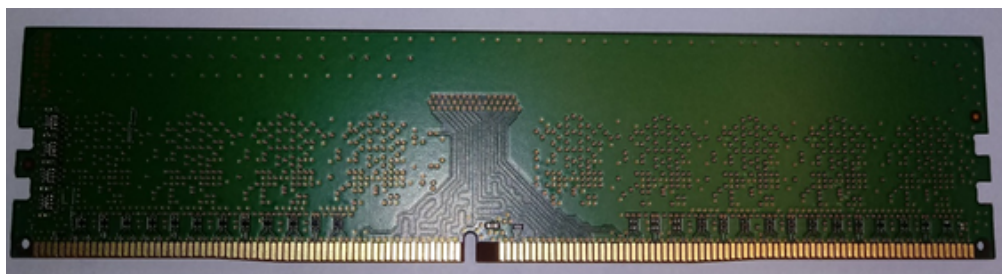
Figura 3- módulo de memória **tipo 2** - frente

Figura 4 - módulo de memória **tipo 2** - verso

4.3 Especificações técnicas do “Disco SSD” e o respectivo cabo SATA 3

- 4.3.1 Quantidade a ser fornecida: 500 (quinhentas) unidades;
- 4.3.2 Tipo: SSD (Solid State Drive – dispositivo de estado sólido);
- 4.3.3 Capacidade: (mínimo de) 240GB;
- 4.3.4 Interface: SATA III (6Gb/s);
- 4.3.5 Velocidade de leitura sequencial: (mínimo de) 500MB/s;
- 4.3.6 Velocidade de escrita sequencial: (mínimo de) 300MB/s;
- 4.3.7 Formato/montagem: 2,5 polegadas/ baia interna;
- 4.3.8 Juntamente com cada disco SSD, deverá ser fornecido: Cabo interno SATA III (6Gb/s) para computador com gabinete desktop.
- 4.3.9 Os componentes serão aplicados a computadores desktop HP Elitedesk 800 G1 e G2.

4.4 Requisitos de Negócio

- 4.4.1 Os componentes deverão ser entregues na sede da Susep: Av Presidente Vargas, 730 – 10º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ. CEP: 20071-900.
- 4.4.2 Os componentes de cada item deverão ser novos, de mesma marca e modelo.
- 4.4.3 Os componentes deverão ser transportados e entregues em suas embalagens de fábrica, devidamente acondicionados contra impacto e estática.
- 4.4.4 O fornecimento dos componentes deverá ser suportado pela respectiva nota fiscal.

4.5 Requisitos Legais.

A contratação está de acordo com:

- 4.5.1 Lei nº 8.666/93;
- 4.5.2 Decreto nº 10.024 de 20/09/19;
- 4.5.3 Lei nº 10.520/2002;
- 4.5.4 IN nº 01 SGD/ME de 04/04/2019.
- 4.5.5 Decreto nº 7.174 de 12/05/2010.

4.6 Requisitos de Manutenção

- 4.6.1 Os fornecedores deverão garantir o perfeito funcionamento dos componentes fornecidos por 12 (doze) meses contados da emissão do Termo de Recebimento Definitivo.
- 4.6.2 Na hipótese de a Susep constatar inconformidade, defeito ou mau funcionamento em componente fornecido, dentro do prazo de garantia, a contratada será notificada e terá prazo de 10 (dez) dias úteis para fazer a substituição do componente.
- 4.6.3 Todas as despesas acessórias incorridas no exercício da garantia correrão por conta da contratada.

4.6.4 O não cumprimento das obrigações de garantia configuram inexecução contratual e expõem a contratada às penalidades previstas neste termo e na lei.

4.6.5 A apresentação de ordens de fornecimento à contratada fica condicionada à definitiva solução de todas as pendências relativas à prestação de garantia de funcionamento.

4.7 Requisitos Temporais

4.7.1 O prazo de entrega dos componentes é de até 15(quinze) dias úteis após a apresentação da Ordem de Fornecimento.

4.7.2 Os acionamentos em garantia serão atendidos pela contratada no prazo previsto em 4.6.2.

4.8 Comprovação de origem

4.8.1 A contratada deverá comprovar a origem dos bens importados oferecidos bem como a quitação dos tributos de importação a eles referentes, nos termos do inc III do art. 3º do Decreto nº 7.174/2010;

4.8.2 As comprovações a que se referem o item anterior devem ser apresentadas no momento da entrega do objeto.

4.9 Fornecimento Parcelado

4.9.1 A Susep notificará a contratada por meio de Ordens de Fornecimento;

4.9.2 O cronograma estimado para fornecimento dos componentes é conforme a tabela abaixo (Mês 1 = primeiro mês do contrato, Mês 2 = segundo mês do contrato, Mês 3 = terceiro mês do contrato):

Componente	TOTAL	Mês 1	Mês 2	Mês 3
Memória Tipo 1	470	170	150	150
Memória Tipo 2	30	30	0	0
Disco SSD+Cabo SATA III	500	200	150	150

4.9.3 As datas e quantidades consignadas nas Ordens de Fornecimento poderão ser alteradas, na forma prevista na Lei nº 8666/93, art. 57, §1º, inc.II.

4.10 Prazo do Contrato

4.10.1 O prazo de vigência do contrato é de 6 (seis) meses contados de sua assinatura.

4.11 Garantia Contratual

4.11.1 A contratada deverá apresentar garantia contratual no montante de 5%(cinco por cento) do valor do contrato nos termos do art. 56 da Lei 8.666/93.

4.11.2 O valor deverá ser apresentado à Susep em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, prorrogáveis por igual período a critério da Administração.

4.11.3 A garantia deverá ser mantida em sua condição de válida até 3 (três) meses após o término da vigência contratual.

4.11.4 A garantia assegurará o pagamento de:

- Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato;
- Prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- Multas aplicadas pela administração à contratada;
- A Susep devolverá à contratada a garantia contratual prestada pela contratada nos termos desta seção mediante a comprovação de quitação de todas as obrigações contratuais.

5. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS

5.1. A natureza dos bens objeto desta contratação é comum, nos termos do art 3º inc II do Decreto 10.024, de 2019.

II - bens e serviços comuns - bens cujos padrões de desempenho e qualidade pos-sam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado;

6. RESPONSABILIDADES

6.1 Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE

6.1.1 Nomear Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do contrato para acompanhar e fiscalizar a sua execução;

6.1.2 Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Fornecimento de Bens, de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência;

6.1.3 Receber o objeto fornecido pela contratada que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

6.1.4 Aplicar à contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis, comunicando ao órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços, quando aplicável;

6.1.5 Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à contratada, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

6.1.6 Comunicar à contratada todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da solução de TIC.

6.2 Deveres e responsabilidades da CONTRATADA

6.2.1 Indicar formalmente preposto apto a representá-lo junto à contratante, que deverá responder pela fiel execução do contrato;

6.2.2 Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do Contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

6.2.3 Reparar quaisquer danos diretamente causados à contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela contratante;

6.2.4 Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela contratante, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, sempre que considerar a medida necessária;

6.2.5 Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação;

6.2.6 Fornecer os componentes especificados nas ordens de serviço/fornecimento apresentadas pela contratante;

6.2.7 Observar o estrito atendimento aos requisitos enumerados neste Termo de Referência;

6.2.8 Cumprir os prazos condições previstos neste Termo de Referência, nas Ordens de fornecimento e os pactuados no âmbito do contrato, segundo ata registrada no respectivo processo;

6.2.9 Disponibilizar recursos humanos com a qualificação exigida no Termo de Referência para a prestação dos serviços solicitados;

6.2.10 Manter sigilo quanto às informações da Susep de que vier a ter conhecimento em função da execução do contrato.

7. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

7.1 Rotinas de Execução

- 7.1.1 A contratada indica o seu preposto e apresenta a garantia contratual em até 15 (quinze) dias corridos contados da assinatura do contrato.
- 7.1.2 A Susep apresenta a ordem de fornecimento do(s) componente(s) à contratada.
- 7.1.3 A contratada fornece o(s) componente(s) solicitado(s) observando as especificações aplicáveis, o prazo de 15 (quinze) dias úteis e o local de entrega (Av Presidente Vargas, 730 - 10º andar - Rio de Janeiro/RJ).
- 7.1.4 A Susep emite o Termo de Recebimento Provisório em até 5(cinco) dias úteis contados do fornecimento.
- 7.1.5 A Susep efetua análises em amostra significativa do material entregue.
- 7.1.6 Na hipótese de mais de 10% da amostra analisada apresentar defeito, todo o material fornecido será devolvido à contratada sem ônus para a Susep, cabendo à contratada as despesas de devolução e novo fornecimento.
- 7.1.7 Em estando a entrega conforme as especificações será emitido pela equipe de fiscalização o Termo de Recebimento Definitivo em até 10(dez) dias úteis do recebimento provisório.
- 7.1.8 Em caso de inconformidade identificada, a contratada será notificada do fato e do prazo para solução, às suas expensas.
- 7.1.9 Mediante a autuação do Termo de Recebimento Definitivo no processo, este será enviado à área administrativa para procedimentos de pagamento.
- 7.1.10 No intervalo previsto para garantia dos materiais, caso seja constatado defeito, mau funcionamento ou outra inconformidade não identificada na análise da amostra em 7.1.5, a contratada será instada a fazer sua imediata substituição no prazo estipulado em 4.6.2.
- 7.1.11 O ciclo de fornecimento iniciado em 7.1.2 se repetirá até o fornecimento de todo o material contratado.

7.2 Mecanismos formais de comunicação

- 7.2.1 A contratada será instada a fornecer os componentes por meio de ordem de fornecimento (nota de empenho) emitida pela Susep.
- 7.2.2 As demais comunicações se darão por e-mail, carta, aplicativo de mensagens e telefonemas.

8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

8.1 Critérios de Aceitação

Serão observados os seguintes critérios para aceitação das entregas dos componentes:

- 8.1.1 Endereço de entrega conforme o solicitado;
- 8.1.2 Atendimento do prazo de entrega;
- 8.1.3 Verificação da quantidade de componentes, que deve ser igual à solicitada;
- 8.1.4 As especificações técnicas dos componentes devem atender ao estipulado neste termo de referência.

8.2 Procedimentos de Teste e Inspeção

- 8.2.1 O Termo de Recebimento Provisório será emitido mediante a entrega dos volumes enviados pela contratada
- 8.2.2 A emissão do Termo de Recebimento Definitivo se dará após a verificação técnica dos componentes entregues, conforme os passos a seguir.
- 8.2.3 Os volumes devem ter sido entregues no prazo e no endereço pactuado;

- 8.2.4 A quantidade fornecida deverá ser igual à solicitada.
- 8.2.5 Cada tipo de componente deverá atender às especificações correspondentes.
- 8.2.6 A equipe de fiscalização se valerá da INSTRUÇÃO NORMATIVA SRF Nº 205, DE 25 DE SETEMBRO DE 2002 da Receita Federal do Brasil para determinar a amostragem mínima que será submetida a testes de funcionamento.
- 8.2.7 O teste das memórias será por meio de sua aplicação nas estações de trabalho em que devem operar.
- 8.2.8 Os discos SSD e cabos SATA 3 serão verificados face às especificações e, adicionalmente e por amostragem, serão instalados nos computadores em que funcionarão e submetidos a instalação de sistema operacional.
- 8.2.9 100% dos testes de amostragem dos deverão funcionar perfeitamente para ateste da entrega das memórias e dos discos.
- 8.2.10 Em caso de falha em algum componente, a contratada será notificada sobre o fato com prazo certo para substituição, conforme este Termo de Referência.
- 8.2.11 Após o ateste da entrega, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo.

8.3 Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

- 8.3.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:
- 8.3.1.1 Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
 - 8.3.1.2 Ensejar o retardamento da execução do objeto;
 - 8.3.1.3 Falhar ou fraudar na execução do contrato;
 - 8.3.1.4 Comportar-se de modo inidôneo;
 - 8.3.1.5 Cometer fraude fiscal;
- 8.3.2 Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 8.3.2.1 Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
 - 8.3.2.2 Multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
 - 8.3.2.3 Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
 - 8.3.2.4 Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
 - 8.3.2.5 Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
 - 8.3.2.6 Impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
 - 8.3.2.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa.
 - 8.3.2.8 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 8.3.3 As sanções previstas nos subitens 8.3.1, 8.3.2.5, 8.3.2.6 e 8.3.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

8.3.4 Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

8.3.4.1 Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

8.3.4.2 Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

8.3.4.3 Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

8.3.5 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

8.3.6 As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

8.3.6.1 Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 15(quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.3.7 Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

8.3.8 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

8.3.9 Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

8.3.10 A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

8.3.11 O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

8.3.12 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

8.4 Do Pagamento

Após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela Susep e ateste da nota fiscal, o processo será enviado para pagamento, que deverá ocorrer em até 10(dez) dias úteis.

9. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de custos (critério de aceitabilidade) dos componentes objeto desta contratação é conforme a tabela abaixo:

Componente	Qtde	Preço Unitário	Preço Item
1.Memória Tipo 1	470	228,62	107.451,40
2.Memória Tipo 2	30	257,12	7.713,60
3.Disco SSD + cabo SATAIII	500	270,97	135.485,00
TOTAL			250.650,00

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

Os recursos orçamentários para esta aquisição têm as fontes como indicado a seguir:

- Programa de Trabalho: 04.122.2110.2000.0001
- Fonte de Recursos: 0174017171
- Plano Interno: SUSEPSI2000

Os pagamentos ocorrerão ao longo da vigência contratual, na forma prevista no item 7.1.

11. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

O prazo de vigência do contrato é de 6 (seis) meses.

12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

12.1 Forma de Fornecimento, Tipo e Modalidade da Licitação

A forma de fornecimento é parcelada na forma do item 4.9, ressalvado o disposto no item 4.6.5.

O tipo de licitação é menor preço por item (disco SSD+cabo SATA compõem um item).

A modalidade da licitação é pregão na forma eletrônica nos termos do art. 1º do Decreto 10.024/2019.

12.2 Justificativa para a Aplicação do Direito de Preferência e Margens de Preferência

No processo de seleção do fornecedor, serão aplicáveis as disposições quanto à preferência observadas nos artigos 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006 e no art. 8º do Decreto 7.174/2010.

12.3 Critérios de Qualificação Técnica para a Habilitação

A licitante melhor classificada deverá apresentar a seguinte documentação para fins de habilitação:

12.3.1 Atestado(s) ou declaração(ões) de capacidade técnica, expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante forneceu, mediante venda, componentes idênticos ou similares aos pretendidos.

12.4 A proposta de preços

A licitante melhor classificada deverá formalizar a sua proposta de acordo com o modelo constante no Anexo I.

13. DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO

A Equipe de Planejamento da Contratação foi instituída pelo despacho SEI nº 0607642.

Conforme o §6º do art. 12 da IN SGD/ME nº 01, de 2019, o Termo de Referência ou Projeto Básico será assinado pela Equipe de Planejamento da Contratação e pela autoridade máxima da Área de TIC e aprovado pela autoridade competente.

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Integrante Requisitante	Leonardo José Brasil de Carvalho
Integrante Técnico	Leandro Martins das Neves
Integrante Administrativo	Silvia Yumi Kanashiro

Anexo 1

Proposta Comercial

(papel timbrado da empresa)

:

1 - QUALIFICAÇÃO DO PROPONENTE:

Razão Social:	
CNPJ/MF:	
Endereço Comercial:	
Bairro:	Cidade:
Estado:	CEP:
Telefone:	Fax:
Endereço Eletrônico:	
Site:	
Validade da Proposta: 90(noventa) dias	

2 – VALORES DA PROPOSTA COMERCIAL.

Id	Item	Qtde	Vlr Unitário	Vlr Item
1	Módulos de memória RAM do "tipo 1" conforme especificações	470		
2	Módulos de memória RAM do "tipo 2" conforme especificações	30		
3	Disco SSD + cabo SATA, conforme especificações	500		

Valor total por extenso	
--------------------------------	--

Nos preços cotados, estão incluídas todas as despesas, lucros, frete, tributos e demais encargos, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão, nada mais sendo lícito pleitear a esse título.

Declaramos estar de acordo com os termos e prazos de garantia técnica especificados no item 4.6 do Termo de Referência.

Declaramos acordo irrestrito às condições fixadas no Termo de Referência DETIC nº 11/2019.

Cidade, ____ de _____ de 2020.

Identificação do responsável



Documento assinado eletronicamente por **SILVIA YUMI KANASHIRO (MATRÍCULA 1799129)**, Analista Técnico da **SUSEP**, em 25/06/2020, às 18:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **LEANDRO MARTINS DAS NEVES (MATRÍCULA 1958694)**, Coordenador **Substituto**, em 26/06/2020, às 13:17, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



Documento assinado eletronicamente por **LEONARDO JOSÉ BRASIL DE CARVALHO (MATRÍCULA 3150604)**, Chefe de **Departamento**, em 26/06/2020, às 19:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento nos art. artigos 369, 405 e 425 da lei nº 13.105/2015 c/c Decreto nº 8.539/2015 e Instruções Susep 78 e 79 de 04/04/2016 .



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.susep.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&acao_origem=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0725198** e o código CRC **D38899E8**.